



# “UM CRIME BÁRBARO E REVOLTANTE” E AS VIOLÊNCIAS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS: O CASO DE LEONEI MACUXI (1917)

## “A BARBARIC AND REVOLTING CRIME” AND VIOLENCE AGAINST INDIGENOUS PEOPLES: THE CASE OF LEONEI MACUXI (1917)

Paulo de Oliveira Nascimento<sup>1</sup>

### RESUMO

As relações interétnicas entre indígenas e não indígenas se construíram, ao longo da História do Brasil, a partir de uma complexidade que perpassa agências, negociações e violências, evidenciadas na documentação histórica que trata daquelas relações. Objetivamos, nesse texto, abordar um episódio de violência extrema perpetrada contra um indígena da Etnia Macuxi, no início do século XX, na região metropolitana de Manaus – AM. A partir das epistemologias da História Indígena, buscou-se compreender como se construíram os contatos interétnicos, a exploração da mão de obra indígena, os agentes sociais envolvidos e as consequências de tais contatos para esses sujeitos. Do ponto de vista metodológico, realizamos uma pesquisa histórica em fontes periódicas (jornais), nas quais estão contidas as principais (e únicas) informações sobre o episódio, o que nos permite ter um vislumbre de como se processavam (ou se processam) as relações interétnicas entre indígenas e não indígenas nessa parte da Amazônia. Como resultado principal, foi possível identificar que os jornais são uma importante fonte histórica sobre a região da confluência dos rios Negro e Solimões e que um dos principais componentes das relações entre indígenas e não indígenas foi a violência, um elemento que atravessou a História da Amazônia e que permanece até os dias atuais. Através dessa pesquisa, pode-se ter um melhor entendimento das mudanças e permanências nas relações interétnicas, especialmente das questões que têm cercado os direitos à cidadania e ao respeito da diversidade étnico-racial dos Povos Indígenas da Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações interétnicas. Exploração do Trabalho. Violências.

### ABSTRACT

Interethnic relations between indigenous and non-indigenous people have been built, throughout the history of Brazil, based on a complexity that encompasses agencies, negotiations and violence, evidenced in the historical documentation that deals with those relations. In this text, we aim to address an episode of extreme violence perpetrated against an indigenous person of the Macuxi ethnic group in the early 20th century, in the metropolitan region of Manaus, Amazonas. Based on the epistemologies of Indigenous History, we sought to understand how interethnic contacts were constructed, the exploitation of indigenous labor, the social agents involved, and the consequences of such contacts for these individuals. From a methodological point of view, we conducted historical research in periodical sources (newspapers), which contain the main (and only) information about the episode, which allows us to have a glimpse of how interethnic relations between indigenous and non-indigenous people were processed (or are processed) in this part of the Amazon. The main result was that newspapers are an important historical source about the region where the Negro and Solimões rivers meet, and that one of the main components of relations between indigenous and non-indigenous people was violence, an element that has permeated the history of the Amazon and continues to this day. Through this research, it is possible to better understand the changes and continuities in interethnic relations,

---

<sup>1</sup> Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: paulo.nascimento@ifpb.edu.br.



especially the issues that have curtailed the rights to citizenship and respect for the ethnic-racial diversity of the Indigenous Peoples of the Amazon.

**KEYWORDS:** Interethnic relations. Labor Exploitation. Violence.

## 1 INTRODUÇÃO

Era por volta de três horas da madrugada de 20 de abril de 1997 e Galdino Jesus dos Santos dormia na parada de ônibus 703 Sul, a cerca de 200 metros de distância da pousada na qual havia se hospedado no dia anterior; fora impedido de adentrar na pensão cerca duas horas antes, quando havia retornado das comemorações do “Dia do Índio” (sic). O seu sono havia sido interrompido por cinco assassinos – cujos nomes não serão citados em respeito à memória da vítima - que depois de uma “noitada” resolveram fazer uma “brincadeira” com aquele que julgaram ser um mendigo; munidos de álcool e fósforos, atearam fogo em Galdino e saíram correndo do local. Mesmo tendo sido socorrido, o Cacique Pataxó da Aldeia Hã-Hã-Hãe, localizada no sul da Bahia, morreu por insuficiência renal em 22 de abril, dois dias depois de ter chegado à Brasília; tinha 44 anos e era a segunda vez que visitava a capital do país; foi levado de volta à cidade baiana de Pau-Brasil, para ser sepultado próximo de seus entes queridos (Peres, 2018, s/p).

A história do Indígena Galdino – chocante e absurda em muitos níveis e vieses – se aproxima se da história Leonei Macuxi, também vítima de um “crime barbaro e revoltante” praticado no ano de 1917 e no “Lugar Arapiranga”, localidade que pertencia ao Distrito de Cacau Pirêra, unidade político-administrativa vinculado ao município de Manaus. Aqui, objetivamos abordar e discutir violência física e simbólica praticada contra os Povos Indígenas no Brasil e na Amazônia, partindo especificamente dos acontecimentos de 1917 e buscando refletir acerca dessas permanências enquanto um traço estruturante das relações interétnicas, que precisa ser discutido e combatido. Trata-se, portanto, de um trabalho historiográfico de pesquisa documental, que percebe o documento como a base para o julgamento histórico, constitui-se não apenas um resto do passado, mas um produto do passado, construído a partir de “relações de forças assimétricas, desiguais sempre, de um passado antagônico, irregular e contingente” (Bloch *apud* Saliba, 2011, p. 317). Munidos deste aparato teórico e metodológico, iremos ter condições para “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História” (Bacellar, 2011, p. 71) sobre a temática supracitada.



Esse trabalho se justifica, portanto, enquanto um esforço epistemológico que busca dar visibilidade à violência contra esses sujeitos, historicamente silenciados e colocados à margem, num movimento que seja capaz de (re)construir espaços de luta política e (re)conhecimento do direito à terra, à cidadania, à diversidade, à dignidade e à memória, especialmente nesse momento em que forças retrógradas tentam cercear as conquistas já alcançadas, conquistas essas forjadas a ferro e fogo pelos Povos Indígenas.

## 2 (RE)CONHECENDO LEONEI MACUXI

Se a documentação consultada nominou o nosso personagem de “índio Leonei” (sic), aqui optamos por chama-lo de “Leonei Macuxi”, num movimento de (re)conhecimento desse sujeito a partir do seu pertencimento étnico e do que essa nomenclatura representa; sabemos que a inclusão da etnia no sobrenome indígena tem se dado a partir dos direitos à cultura e à ancestralidade dos Povos Indígenas do Brasil, via Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a incorporação do etnônimo dos sujeitos constitui-se não apenas no seu reconhecimento enquanto pertencente a uma determinada etnia, mas como um instrumento de luta por direitos e reconhecimento de sua identidade, alicerçados não apenas em seu pertencimento intergeracional, mas também numa memória social que remonta aos ancestrais (Terena; Bairrão, 2023, p. 2).

O nosso “encontro” com Leonei Macuxi deu-se no contexto de realização de pesquisa historiográfica no conjunto de fontes primárias arroladas para o projeto ÀS MARGENS: uma história da produção social do espaço urbano em Iranduba – AM, a partir das ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão por nós desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Iranduba. A proposta constituiu-se enquanto um estudo sobre a (re)construção do espaço histórico do hoje município de Iranduba – AM, num esforço analítico que visou compreender os elementos constitutivos dessa urbe na sua relação com os elementos naturais – notadamente a “Grande Floresta” e os rios que se encontram ali – e sociais, especialmente naquilo que diz respeito às relações interétnicas entre indígenas e não indígenas.

Tendo elencado os periódicos como uma das principais tipologias de fontes a serem consultadas, nos debruçamos sobre os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e fizemos um escrutínio daquelas publicações que versavam sobre a então “Costa de Iranduba”; acessamos os periódicos referentes à Província e, a partir de 1889, Estado do Amazonas, do qual obtivemos uma série de matérias a respeito dessa localidade. Foi justamente



durante essa pesquisa que nos deparamos com a reportagem que se tornou o ponto de partida para as reflexões aqui empreendidas.

Já foi dito que os jornais e periódicos têm desempenhando uma importante função nos estudos históricos, especialmente porque fornecem pistas importantes não apenas do cotidiano da vida urbana, mas também das relações sociais e de poder do meio social no qual são produzidos e difundidos (Luca, 2011). Uma vez identificada a matéria, realizamos a sua leitura e fichamento a fim de entendermos o “texto” e o “contexto” de sua produção, bem como os principais personagens e agentes envolvidos no “incidente” relatado. Daí passamos à pesquisa bibliográfica, responsável por nos fornecer subsídios para a compreensão do fato, do texto e do contexto, especialmente naquilo que diz respeito às relações interétnicas e a histórica violência praticada contra os Povos Indígenas da Amazônia.

Leonei Macuxi, mesmo distante no tempo e no espaço, aproxima-se de Galdino quando ambos compartilharam do mesmo destino, vitimados pela violência extrema, numa sociedade marcada pelo preconceito e pela discriminação étnicas, perpetuados por relações sociais e de poder em que não indígenas percebem-se “autorizados” a promoverem não apenas as violências simbólicas, mas também as violências físicas, quando “olham” para esse Outro a partir do racismo estrutural (Almeida, 2018), que se perpetua no país e continua vitimando aqueles sujeitos que historicamente foram considerando “inferiores”, seja os Povos Indígenas, seja os afro-brasileiros.

### 3 NOTAS SOBRE A ETNIA MACUXI

A História da Etnia Macuxi na Amazônia remonta aos séculos iniciais da colonização na parte mais ao norte da Amazônia brasileira, quando esses grupos originários da bacia do Orinoco chegaram ao rio Branco, num movimento que visou evitar os conflitos diretos com os colonizadores espanhóis na parte mais ao norte do que hoje chamamos América do Sul (Mandulão *et al.*, 2012, p. 66).

No século XVIII, quando os portugueses iniciam o processo efetivo de colonização da região do rio Branco, uma área que apesar de ainda estar indefinida e em disputa fazia parte dos domínios geopolíticos da então Capitania de São José do Rio Negro, houveram novos contatos com aquela etnia. Já no século XIX, com as políticas de colonização do Império do Brasil sobre o rio Branco, houveram significativas invasões das terras dos Macuxi pelos agora pelos brasileiros (Miranda, 2018, p. 129).



**Imagem 01:** “Índios do Rio Branco, 1920”.



**Fonte:** Melo, 2012, p. 41.

Havemos de considerar o fato de que esse grupo étnico esteve em situação de “quase isolamento” em relação aos “nacionais” até a segunda metade do século XIX, talvez em razão das características que lhes foram atribuídas pelos colonizadores (tanto portugueses quanto brasileiros), quando foram frequentemente descritos, nos relatos de viagem do século XVIII, como “insubordinados”, “insolentes”, “guerreiros” e “arredios” (Melo, 2012, p. 30).

As pesquisas até agora empreendidas sobre o processo de colonização dessa região têm demonstrado que os principais mecanismos e/ou instrumentos coloniais foram a construção de fortalezas militares, a implementação de missões religiosas e principalmente o estabelecimento de fazendas de criação de gado nos campos naturais do vale do Rio Branco (Nascimento, 2023; Santos, 2018). A partir desses processos, a etnia Macuxi foi confrontada e se viu imersa nos conflitos, na defesa de suas terras. É, pois, um Indígena da Etnia Macuxi quem aparece nas páginas das edições n. 4760 e 4761 do *Jornal do Commercio*, como vítima daquele que foi classificado como “um crime barbaro e revoltante”.



#### 4 AS REPORTAGENS DE 1917

Publicada na edição n. 4760, a primeira das reportagens intitula-se “Um crime barbaro e revoltante” e tem como subtítulo o seguinte: “Alguns facinoras suppliciarão um índio macuxy e em seguida assassinaram-n’o cruelissimamente”. O fato teria ocorrido na noite do dia “2 para 3” de julho, mas fora publicado apenas 30 de julho, ou seja, havia 15 dias após o ocorrido. Sequencialmente os fatos são apresentados ao leitor, nos seguintes termos:

a) ainda durante a noite, lavradores residentes no Cacau Pirêra (distrito de Manaus) teriam ouvido gritos, quando voltavam de uma festividade;

b) na manhã seguinte, moradores do lugar Arapiranga foram até a localidade Ponta Grossa com um homem que teria morrido “afogado”, para buscar um atestado de óbito com o “agente policial” de nome Sr. Freitas;

c) uma vez com o atestado, levaram o falecido até o cemitério de Cacau Pirêra, para ser sepultado;

d) o administrador do cemitério teria “desconfiado” da situação e se negado a enterrar o morto, o que teria causado certa confusão;

e) em face da confusão, moradores do Cacau Pirêra quiseram ver quem era o falecido, o que acabou não ocorrendo porque a rede na qual o mesmo estava encontrava-se costurada, o que teria aumentado a confusão e gerado boatos sobre a origem daquele sujeito, diga-se um indígena da etnia Macuxi;

f) a partir dos boatos, algumas crianças relataram que “alguns homens haviam matyrisado cruelmente o infeliz índio (sic) e depois de muitas horas de suplicio enforcaram-n’o numa corrente de ferro”; e

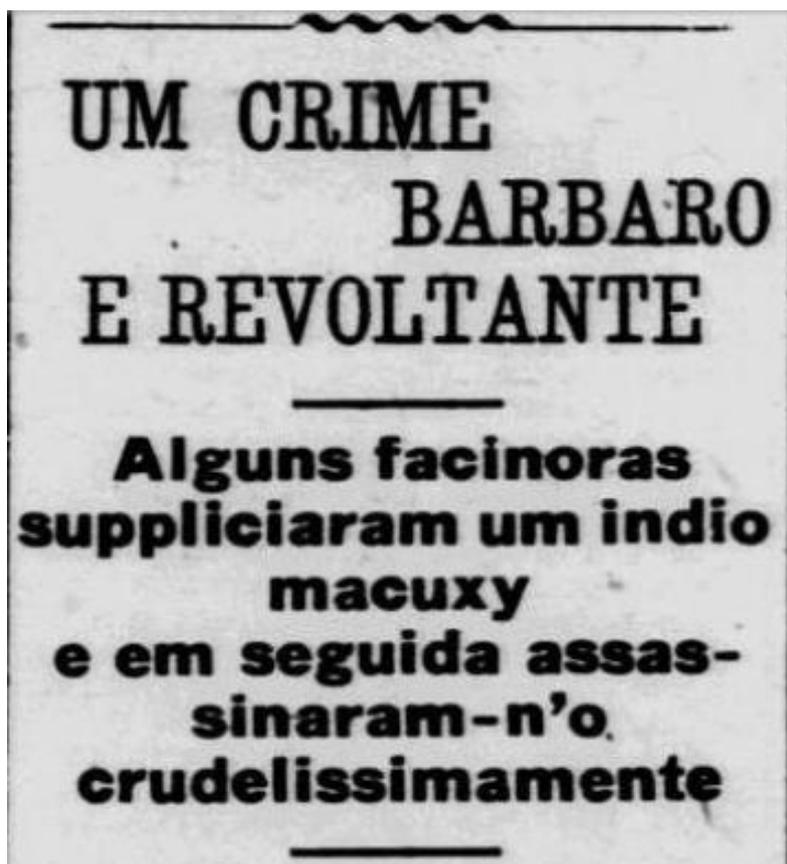
g) a partir daí, os “interessados pelo castigo” aos assassinos procuraram a polícia em Manaus e a reportagem do Jornal do Commercio.

A reportagem apresenta, em graus variados, a problemáticas e violentas relações interétnicas entre indígenas e não indígenas, tanto no que diz respeito à violência perpetrada (tortura e assassinato) quanto ao descaso com o qual o evento foi tratado, mormente por parte das autoridades policiais. Em primeiro lugar, tem-se a emissão de um atestado de óbito por um “agente policial” – o Sr. Freitas – que costumava “passar atestado dessa natureza”, ou seja, sem verificar a



“verdade dos factos” em relação à causa e circunstâncias da morte. Junta-se a isso o fato de que os “moradores de Arapiranga” deixaram de prestar queixa no Distrito de Cacau Pirêra ou Manaus (relativamente mais próximas) e de dirigiram justamente àquele Sr. Freitas, de modo a obter o documento sem maiores problemas.

**Imagem 02:** Título da primeira reportagem do *Jornal do Commercio*



Fonte: Reis, 1917, 4760, p. 1.

Além dessa questão, a reportagem é enfática em relação à pouca preocupação das autoridades policiais de Manaus em solucionar o caso, destacando o fato de a investigação ter sido colocada “em segredo de justiça”. Em relação a esse ponto, a narrativa assume um tom jocoso, com pitadas de ironia e sarcasmo, especialmente no “interesse” da polícia em “descobrir” quem eram os envolvidos, bem como as circunstâncias e motivações para o crime.

A segunda reportagem – publicada na edição n. 4761, de 31 de julho – traz informações complementares, tanto em relação à vítima quanto aos possíveis perpetradores.



**Imagem 03:** Segunda reportagem do *Jornal do Commercio*



**Fonte:** Reis, 1917, n. 4761, p. 1.

Se na primeira publicação, foram dadas informações sobre a “tribo” (sic) à qual o indígena pertencia, nessa informou-se o seu nome. Havemos de considerar o destaque dado ao fato daquele sujeito ser “de maior idade”, o que nos leva necessariamente a pensar que não se tratava nem de uma criança e/ou adolescente. Mas por que fazer esse destaque? Ora, havemos de nos lembrar que as crianças e adolescentes indígenas foram considerados, ao longo da História do Brasil, sujeitos “privilegiados” tanto para a “catequização” quanto para a “educação” e os demais processos de colonização cultural empreendidos, num movimento que envolvia não apenas o sequestro, mas também a exploração de seus corpos e mentes, seja para o trabalho, seja para os abusos sexuais diversos (Lavigne, 2024, s/p).

Nessa segunda reportagem, também são informados o local do ocorrido e os possíveis assassinos; teria ocorrido no sítio de “Augusto de Tal”, um indivíduo “bastante conhecido naquela região pelo seu comportamento desregrado”. Além dele, também estaria no sítio “Raimundo Cachiado”, classificado como um “indivíduo perigoso e valente”, que havia assassinado um outro homem no Mercado Público de Manaus e se encontrava foragido da Polícia; mais uma vez, é possível identificar o descaso das autoridades em relação ao cometimento de crimes violentes e aplicação da lei naquelas localidades.

Havemos de considerar, ainda, a menção feita ao possível empregador de Leonei Macuxi mencionado na primeira reportagem nos seguintes termos: “O snr. Anthero Veiga trouxera do rio Branco um índio da tribo Macuxy, de maior idade, mandando-o dias depois para o lugar Arapiranga”. Já na publicação seguinte, o jornal informou que aquele sujeito compareceu na



redação do jornal, para negar a informação de que havia trazido Leonei do rio Branco e informar que havia procurado a polícia para saber sobre a morte de um “compadre”, que havia falecido por afogamento no lugar Careiro. Percebe-se, nesse ponto, que Anthero Veiga tentou eximir-se de qualquer possível culpa em relação à situação e ao crime, num movimento de desvinculação (ou desconhecimento) em relação ao indígena e aos fatos publicados.

Por fim, a reportagem traz o seguinte: “Chegando essa notícia ao nosso conhecimento somente às vinte e três horas de ontem, não podemos dar ao público informações mais precisas, o que faremos no nosso número de amanhã”. Com essas palavras, encerrou-se o assunto e nada mais foi dito em nenhuma das edições publicadas por aquele jornal, ao longo dos próximos dias, meses e menos ainda no ano de 1917. De lá, Leonei Macuxi “sumiu”, afinal já estava sepultado havia mais de 15 dias dentro de uma rede costurada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 3 de janeiro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a designação de Gutemberg Nader de Almeida Junior para função gratificada de chefe da Divisão de Testes, Qualidade e Implantação da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Servidor concursado da PRF, esse sujeito é um dos cinco “rapazes” responsável por incendiar Galdino Pataxó, em 1997. Após o crime, “Gugu” cumpriu medidas socioeducativas em liberdade assistida, uma vez que era menor de idade no contexto do crime. Já os seus “colegas” - Max Rogério Alves, Antonio Novely Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida e Eron Chaves Oliveira – receberam condenação de 14 anos de prisão em regime fechado por homicídio doloso, em 2001, e ganharam liberdade condicional, em 2004 (O Globo, 2001, s/p).

Se é possível fazermos o “acompanhamento” do paradeiro dos assassinos de Galdino Pataxó, bem como as penas aplicadas aos mesmos, o mesmo não pode se dizer em relação ao “Augusto de Tal” e ao “Raimundo Cachiado”, ou mesmo a Anthero Veiga, o Sr. Freitas e os membros da polícia do Amazonas, vinculados se não ao crime em si, mas às circunstâncias em que o mesmo ocorreu e o desfecho, máxime no tocante às investigações e atribuição de culpa àqueles assassinos. Mais de 80 anos se passaram de um assassinato para o outro e, analisando os fatos, nos perguntamos: quais as diferenças e semelhanças em relação aos dois fatos? O que mudou e o que permaneceu no que diz respeito às violentas relações interétnicas entre os indígenas e os não indígenas, no Brasil?



As respostas para essas questões passam necessariamente pela percepção (ou constatação, por mais doloroso que possa soar) de que somos uma sociedade racista e violenta, forjada na expropriação da terra, nos sequestros e estupros, na exploração do trabalho, no descaso do Estado para com grupos específicos da população, na ineficiência da polícia (e da justiça) em punir crimes dessa natureza, etc.

A partir da pesquisa documental e das reflexões empreendidas, é possível identificar a violência como um elemento que permaneceu historicamente entre os indígenas e os não indígenas, durante todo o processo histórico de (re)construção histórica do Brasil. Faz-se necessário, portanto, “descortinar” esse passado, de modo a promover um (re)conhecimento das mudanças e permanências nas relações interétnicas e uma instrumentalização dos Povos Indígenas do Presente com elementos de uma Memória Histórica que denuncie as violências e usurpações cometidas contra os mesmos, na busca por equidade, respeito à diversidade étnico-raciais e garantia de direitos sociais, políticos, econômicos, culturais desses sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 23 – 79.

LAVIGNE, Nathalia. O rapto de crianças indígenas por cientistas alemães em expedição pelo Brasil no século 19. **BBC News Brasil**, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cll4zdzq3n00o>. Acesso em: 21 dez. 2024.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111 – 152.

MANDULÃO, Giovana et al. Projeto Vidas Paralelas Indígena: revelando os Povos Macuxi e Wapixana de Roraima, Brasil. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, 2012, vol. 6, n. 1, pp. 63-70.

MELO, Luciana Marinho de. **Fluxos culturais e os Povos da Cidade**: entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Rio de Janeiro, 2012.

MIRANDA, Janira Sodrê. Macuxi, etno-história e história oral: possibilidades metodológicas para a Historiografia Indígena. **Revista Temporis**, 2018, vol. 18, n. 1, pp. 127-145.



NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. **NAS TERRAS DO “NORTE DISTANTE”**: A legislação fundiária, a propriedade rural e a política imperial na Província do Amazonas (c. 1850 - c. 1880). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2023.

O Globo. **Assassino do índio Galdino foi nomeado para cargo comissionado na Polícia Rodoviária Federal**. [2021]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/assassino-do-indio-galdino-foi-nomeado-para-cargo-comissionado-na-policia-rodoviaria-federal-25180898>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PERES, Sarah. Morte do índio Galdino, em Brasília, completa 21 anos hoje. **Correio Brasiliense**, Brasília, 20 de março de 2018. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna\\_cidadesdf,675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidadesdf,675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje.shtml). Acesso em: 8 jun. 2023.

REIS, Vicente [diretor]. **Jornal do Commercio**, 1917, n. 4760-4761. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&Pesq=Cacau%20Pireira&pagfis=23355](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=Cacau%20Pireira&pagfis=23355). Acesso em: 27 mai. 2023.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena História do Documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 309 – 328.

SANTOS, Maria José dos. **Arranjos, Lei e Consolidação do Império**: Aplicação da Lei das Terras e Apropriação das Fazendas Nacionais do Rio Branco (1830-1880). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará – UFPA, 2018.

TERENA, Laura Magalhães; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Etnia e nomenclatura: ancestralidades em disputas e recomposições. **Psicologia USP**, 2023, vol. 34, p. 1-9.

Enviado em: 21/12/2024  
Aceito em: 24/04/2025